Ata nº 144

Ao vigésimo quinto dia do mês de Março do ano de dois mil e vinte e três, na sede da Federação Portuguesa de Pesca Desportiva, sita na Rua Eça Queirós, número três, primeiro andar, código postal mil e cinquenta traço zero noventa e cinco, na cidade de Lisboa. Realizou-se uma Assembleia Geral da FPPD em Sessão Ordinária. A Assembleia Geral, funcionou em primeira convocatória, à hora marcada, pelas nove horas e trinta minutos, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ordem de Trabalhos:

1. Leitura e votação da ata da última Assembleia Geral;
2. Analise, discussão e votação do Relatório e Contas da Direção, relativo à época desportiva de dois mil e vinte e dois
3. Análise da proposta apresentada pela ARPDAlg, sobre o Campeonato Nacional da Terceira Divisão – Fundo|Mar
4. Outros assuntos de interesse para a modalidade.

A Mesa da Assembleia Geral foi constituída pelo Presidente da Assembleia Geral, Dr. Luis Valente, o Secretário Senhor Manuel do Carmo e por não se encontrar ainda completa, o Presidente pediu a colaboração da Senhora, Maria Alice Costa, tendo a mesma aceitado o cargo. De seguida propôs à Assembleia que fosse votada a constituição da Mesa da Assembleia com a inclusão do elemento convidado para a sua composição da mesa, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.
Estiveram presentes nove delegados distribuídos da seguinte forma:

Representantes dos Clubes:

- Manuel Vicente Correia Ranholas
- Rui Emanuel Silva Oliveira
- Joaquim Augusto Ferreira Ribeiro

Representantes dos Juizes:

- Ricardo Daniel Fernandes da Costa

- João Martinho Vieira Vizinha
- José Augusto Silva Oliveira

Representantes dos Praticantes:

- Maria Alice Godinho Sampaio Costa

Representantes das Associações:

- António Silva Barbosa – ARNPD
- Álvaro José Ribeiro Inês - ARCPD
- António Domingos Combadão Ramalho – ARBAPD
- José Duarte Jesus Fernandes – APDRAM
- Serafim Mário Martins Sá Pereira - APDVC

Faltas Justificadas:

- Alexandre Jorge Pereira Rodrigues
- António José Pastagem Nunes
- Vitor Manuel Medeiros Rosa
- Carlos José Santos Lopes
- João Paulo da Conceição Patrício

Estiveram ainda presentes nesta Assembleia, o Presidente da Federação, Carlos Baptista, Vice-Presidente Financeira, Rosa Cristino, o Vice-Presidente da Área de Mar, António Pais e os vogais: Arlindo Crista e Vitor Coelho.

O Presidente da Mesa da Assembleia, Dr. Luis Valente deu início aos trabalhos pelas dez horas e treze minutos, agradecendo para o efeito a presença de todos os delegados.

Dando início ao ponto número um da ordem de trabalhos, perguntou se todos tinham recebido a ata. Após a confirmação de receção colocou a votação a dispensa da sua leitura o que foi aprovado por unanimidade.

O Sr. Presidente da Assembleia Geral, antes de passar ao ponto número dois da ordem de trabalhos, passou a palavra ao Sr. Presidente da F.P.P.D., para que este desse conhecimento à Assembleia Geral, do estado de saúde do delegado Carlos Lopes. Depois de justificada falta o Sr. Presidente da Direção solicitou que fosse retirado o ponto três da

Assembleia Geral, uma vez que esta proposta tinha sido apresentada pelo elemento que se encontrava em falta, ficando este assunto para se debater na próxima Assembleia Geral. Colocado este assunto à aprovação, foi aprovado por unanimidade.
O Sr. Presidente da Mesa, deu ainda a conhecer à Assembleia Geral, que o Sr. Álvaro Inês, passava a ser o novo representante da ARCPD.
De seguida entrou no ponto número dois da ordem de trabalhos, passando a palavra ao Sr. Presidente da Direção, de forma que este pudesse dizer algumas palavras sobre o Relatório e Contas de dois mil e vinte e dois.
O Sr. Presidente da Direção, referiu que a introdução na brochura do Relatório e Contas, era uma vez mais um alerta dirigido à tutela relativamente ao desalento que há muito se vem verificando na F.P.P.D., no que concerne aos valores retirados na época da Troika ao subsídio de apoio à sua atividade, que inclusive foi prometido regularizar e que ao fim de dez anos ainda não se verificou.

Relembrou uma vez mais que a nossa federação, não recebe qualquer quantia do Placard ou de outras proveniente dos Jogos da Santa Casa, como acontece com outras federações. Deu ainda a conhecer que na reunião havida no passado mês de fevereiro com o Sr. Secretário de Estado do Desporto e Juventude, referiu uma vez mais que a nossa federação deveria receber uma percentagem das licenças de pesca anualmente emitidas. Deu ainda a conhecer que na feira Morapesca, teve oportunidade de falar com a Sra. Secretária de Estado das Pescas, e voltou a falar nesta situação, ficando a Sra. Secretária de analisar a situação.
Referiu ainda que neste momento, não tínhamos recebido do IPDJ, o contrato-programa para a época desportiva de dois mil e vinte e três, não sabendo qual a verba atribuída, mas que entanto já tínhamos seleções nacionais a saírem para participarem em competições internacionais. Relembrou uma vez mais que esta Direção, tem feito de tudo para angariar verbas, junto de autarquias e que só assim conseguiu cumprir com o Plano de Atividades dois mil e vinte e dois, e colocar vinte e duas Seleções Nacionais, em representação de Portugal, nos vários campeonatos do mundo e da europa. Ainda em relação ao relatório de dois mil e vinte e dois, diz que a única coisa que não tinha conseguido cumprir, era a formação de juízes, mas que já tinha falado com o Sr. João Vizinha, responsável pela área da formação, para em dois mil e vinte e três retomar a formar novos elementos.
De seguida o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Geral, deu a palavra à delegada Maria Alice, que voltou a referir que na sua opinião todas as seleções nacionais, independente

do escalão ou disciplina, deveriam de contribuir com uma verba, até porque os resultados ultimamente não tem sido grande coisa e que talvez se todos contribuíssem teriam mais garra, uma vez que também lhe saia do "bolso".

O Sr. António Barbosa, diz que não tem nada a acrescentar em relação ao relatório e contas, até porque este foi analisado e aprovado pelo Conselho Fiscal, e que entendeu que a introdução do documento, não passava de um "recado" ao IPDJ. Achou por bem que se voltasse a tentar receber alguma verba das licenças de pesca, até por que elas têm diretamente a ver com os pescadores de competição e lúdicos, mas que as verbas são canalizadas para a pesca profissional. Mesmo pouco que fosse, com certeza que este dinheiro daria para todas as seleções nacionais saírem, sem terem de comparticipar com dinheiro. Lamentou ainda que a muitas Associações Regionais, não se fizessem representar na comemoração do sexagésimo quinto Aniversário da F.P.P.D., o que demonstrou uma grande falta de respeito para com a F.P.P.D..

Tomou a palavra o Sr. José Oliveira, que referiu que não concordava com a delegada Maria Alice, no que diz respeito à comparticipação de todas as seleções nacionais. No seu entender deveria de ser a F.P.P.D., a pagar todas as despesas inerentes às Seleções Nacionais, uma vez que vão em representação de Portugal.

De seguida o Sr. Álvaro Inês, mencionou que o Relatório e Contas, continha um erro. Erro, esse que tinha a ver com a justiça, uma vez que estava mencionado que a ARCPD, devia seis mil novecentos e trinta euros. No seu entender a divida não é da ARCPD, mas do Sr. Rogério Marques, ex-presidente da Associação Regional. Referiu ainda que não entendia como é que sendo o Sr. Rogério devedor, depois apresentava nas contas um saldo credor de dezoito euros e sessenta cêntimos. Referiu uma vez mais que de acordo com os estatutos da ARCPD, as contas são da responsabilidade do Presidente.

De seguida o Sr. Presidente da Direção, tomou da palavra e explicou que várias vezes tentou falar com o Sr. Rogério Marques, para este liquidasse os valores em divida. Não obtendo qualquer resultado, enviou várias cartas que acabou por também nunca ter resposta, dando então instruções ao gabinete jurídico da F.P.P.D., para dar inicio da instauração de um processo.

O Sr. Álvaro Inês, leu um excerto do comunicado recebido através do gabinete jurídico, e voltou a frisar que a divida é do Sr. Rogério Marques.

Posto isto o Sr. Presidente da Direção, disse que era sua intenção reunir com a ARCPD, para em conjunto analisarem o assunto.

Não havendo mais nada a discutir em relação ao Relatório e Contas, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Geral, deu a palavra ao Sr. Presidente do Conselho Fiscal, Dr. Alberto Soares, que referiu que tinham analisados as contas e que no entender do Conselho Fiscal, estão em condições de serem aprovadas. Agradeceu ainda à Direção e colaboradores, a forma como foram apresentadas as contas e solicitou um voto de louvor à Direção da F.P.P.D..

Posto isto, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Geral, colocou o Relatório e Contas de dois mil e vote e dois, à aprovação, tendo sido aprovado por unanimidade.

Entrado no ponto quatro da ordem de trabalhos, tomou da palavra o Sr. António Combadão, que propõe que as inscrições para os campeonatos nacionais, fossem feitas no início da época desportiva, com a revalidações e filiações, referiu ainda que era muito ingrato que campeonatos nacionais que tivessem menos de doze participantes, não fossem aos campeonatos do mundo. A continuar a ser assim, muitas categorias tendem a deixar de participar em campeonatos nacionais, uma vez que tendem a ficar desmotivados. Salientou ainda que as camadas jovens, masters e veteranos deveriam ser apuradas no ano transato e não no mesmo ano. Em relação às seleções nacionais, é de opinião que estas deviriam de ter a dignidade que merecem e sem custos para os praticantes. Referiu ainda que muito se tem ouvido em relação à participação dos masters e veteranos no campeonato do mundo, realizados na Hungria em dois mil e vinte e dois e que gostaria que fossem esclarecidas as dúvidas, no que diz respeito ao alojamento, falta de iscos, etc…

O Delegado António Barbosa, tomou da palavra e referiu que a aplicar-se o que está regulamentado, os jovens e as senhoras acabam por não irem a Campeonato do Mundo. Concordou, que não faz sentido fazer-se Campeonatos Regionais, antes dos Nacionais no próprio ano, uma vez que a maioria das pistas, não apresentam condições para a prática da modalidade nos primeiros meses do ano. Portanto é de opinião que os apuramentos devem ser de um ano para o outro. Gostaria ainda que o esclarecesse o porquê de terem alterado o calendário do campeonato nacional de senhoras e do campeonato nacional de clubes feeder – fase de apuramento, para a pista do Prado. De acordo com a sua informação a pista comporta apenas quarenta pesqueiros para feeder e neste momento são necessários cinquenta pesqueiros, a continuar a estar marcada esta prova para o Prado, informou que não toma a responsabilidade da prova, e não é júri à mesma. Dá ainda a conhecer que existe uma incompatibilidade com a ARPDABL, no que diz respeito ao pagamento de umas inscrições no Campeonato Nacional da Terceira Divisão

– Zona Centro – Boia de dois mil e vinte e dois, onde o Sr. Presidente da Associação de Aveiro, pede o valor referente a três inscrições e que no seu ver a ARNPD, não tem de pagar qualquer valor uma vez que a receita deste campeonato rever a favor das Associações Regionais. No caso de ter a pagar alguma verba, seria do custo de organização.

O Sr. Presidente da Direção, explicou que em relação às inscrições para os campeonatos nacionais, serem feitas logo no início do ano, esta situação já tinha acontecido em anos anteriores, mas que se tinha verificado que os clubes faziam um enorme esforço financeiro, para desembolsarem de uma só vez um montante correspondente a renovações e pagamentos dos campeonatos dos seus pescadores. Disse ainda que iria voltar a equacionar a questão e tentar arranjar uma solução. Em relação aos jovens serem apurados de um ano para o outro, tinha-se alterado por causa dos escalões etários, contudo iria colocar a questão à área de água doce. Em relação aos campeonatos terem de ter pelo menos doze participantes, para se poder apurar uma seleção, disse que a F.P.P.D., fazia um esforço enorme para poder levar as seleções aos campeonatos do mundo, e que caberia às Associações Regionais, fazerem a captação de jovens e senhoras, conforme está estabelecido no contrato-programa, que anualmente assinam com a F.P.P.D., assim sendo cabe a todos fazerem um esforço para dinamizar a pesca desportiva de competição. Em relação às seleções de masters e veteranos, referiu que o Sr. João Vizinha, seria a pessoa certa para elucidar todos do que se tinha passado, uma vez que acompanhou estas seleções. Em relação às contas, referiu que há bem pouco tempo é que se conseguiu fechar as contas deste campeonato, uma vez que se aguardava o documento do aluguer da casa precisamente do Mundial de Masters e Veteranos.

Posto isto o Sr. Presidente da Assembleia Geral, passou a palavra ao Sr. João Vizinha, que relatou o que se tinha passado com a representação destas seleções nacionais. Referiu que a casa onde estavam, tinha condições para todos e se algum elemento, mudou de quarto, foi por iniciativa própria. Em relação aos iscos, não houve falta de iscos, tiveram todos os iscos que solicitaram e se houve alguma alteração foi solicitada pela própria seleção. Reconhece que as contas atrasaram um pouco porque a pessoa que tinha ficado de enviar a fatura da casa, só o fez no final do ano. Mas isso também demonstra a confiança depositada nele e na F.P.P.D.. Em relação aos apuramentos, pensa que os masters e veteranos devem continuar como estão fazerem o Nacional, depois os que descem fazerem o Regional no mesmo ano, para voltarem a subir ao Nacional, no ano seguinte.

O Delegado José Oliveira, tomou da palavra e referiu que nas grandes cidades, é muito difícil a captação de jovens, ou a obtenção de verbas para apoio à modalidade. Referiu ainda que a nível internacional, deve a FIPS-M adotar novas medidas de fiscalização, porque o que se verificou no Campeonato do Mundo, na Tunísia, foi lamentável.

O Sr. Presidente da Direção, explicou que na reunião da FIPS-M, apresentou uma proposta que foi aprovada, que passa pelo seguinte: o país organizador de um campeonato do Mundo/Europa, é obrigado a convidar fiscais de outros países, para fiscalizar os pescadores do país anfitrião.

O delegado Álvaro Inês, referiu ainda que a F.P.P.D., não tem capacidade para se fazer representar em tantos Campeonatos do Mundo. Também partilha da ideia do apuramento dos jovens serem feitos no ano anterior. Deu ainda a conhecer que irá apresentar uma proposta de alteração aos regulamentos, para serem mais tarde discutidos em conjunto com as Associações Regionais e propostos à F.P.P.D..

De seguida a delegada Maria Alice, tomou novamente a palavra e voltou a referir que na sua opinião os seniores deviam de comparticipar, para a seleções nacionais. Em relação aos jovens corrobora da opinião que fazer Campeonatos Regionais, no início do ano é desmotivar os jovens, porque as pistas não apresentam condições. Lamenta ainda que este ano tenham separado os jovens das senhoras, no que diz respeito à marcação de provas, deu o seu exemplo: ao separarem estes campeonatos obriga a uma despesa adicional, em deslocações, alimentação, estadia, etc…

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Geral, deu a palavra ao delegado José Duarte, que referiu que a sua vinda à Assembleia, prendia-se mais com a questão mencionada no ponto três da ordem de trabalhos. Referiu que no caso dos participantes da APDRAM, a vinda ao Continente, para participação no Campeonato Nacional, é uma exorbitância.

Não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, deu por encerrados os trabalhos pelas 12 horas e 45 minutos.

O Presidente da Mesa da Assembleia

O Secretário

O Secretário

Maria Alice Godinho Sampaio Rosa